

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO ITEM 72 - IBUPROFENO 600 MG - PRATI DONADUZZI.

RELATÓRIO

1. Foi solicitado o cancelamento do item 72 - IBUPROFENO 600 MG - PRATO DONADUZZI, cuja licitante vencedora foi a empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, sob a justificativa de aumento do dólar, bem como o desprestigiado cenário econômico que atualmente tem passado/vivido o Brasil.

2. A solicitante realizou o pedido de cancelamento do item 72 - IBUPROFENO 600 MG - PRATO DONADUZZI às fls. 1.896 a 1.914, e juntou documentos em fls. 1.902 a 1.905 (requisições de compras), fls. 1.906 a 1.909 (demonstrativo de variação cambial), fls. 1.910 a 1.912 (reportagens sobre o cenário econômico) e fls. 1.913 e 1.914 (notas fiscais).

3. Os documentos ora analisados são: solicitação de revisão ou cancelamento do item 72 - IBUPROFENO 600 MG - PRATO DONADUZZI, recebido/protocolado em 07/11/2018; documentos fls. 1.902/1.914;

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao requerimento de revisão ou cancelamento no fornecimento dos item 72 - IBUPROFENO 600 MG - PRATO DONADUZZI, licitado no PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018 SRP MEDICAMENTOS RENAME - PROCESSO Nº 10/2018 pactuados com a empresa requerente, PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, versando, em síntese, "aumento do dólar, bem como o desprestigiado cenário econômico que atualmente tem passado/vivido o Brasil".

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116

... a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade da revisão ou cancelamento pleiteados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA participante do Procedimento Licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018 SRP MEDICAMENTOS RENAME - PROCESSO Nº 10/2018, sagrou-se vencedora de vários itens, incluindo o item 72 - IBUPROFENO 600 MG - PRATO DONADUZZI, objeto de seu requerimento.

8. Invoca aumento do dólar que afeta o custo de sua produção, uma vez que o princípio ativo do produto é importado, tornando inexecutável o seu cumprimento do já mencionado item que se logrou vencedora. A fundamentação do petitor foi com base na Lei de Licitações.

9. Instrui tal pedido com documentos juntados aos autos às fls. 1.913/1.914 (notas fiscais).

10. Pois bem.

11. O cerne do pleiteado pela empresa requerente cinge-se em verificar a existência de fato superveniente, imprevisível e fortuito que justifique o acolhimento da desistência perseguida. Alega ser um risco extraordinário a variação cambial do dólar que aumentou o preço da venda atual em relação ao preço registrado no processo licitatório, sendo este motivo suficiente para o cancelamento do item.

CIOP - Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Rua Coronel Albino, 550 - CEP 19020-360 Presidente Prudente - SP | Tel.: (18) 3223-1116



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

12. Nesse sentido, o §6º do artigo 43 da Lei nº 8.666/1993, dispõe ser inaceitável a desistência de proposta após a fase de habilitação, “salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão”.

13. Tem se por motivo justo o que propicia uma situação de injustiça e de desequilíbrio na contratação e, por fato superveniente, o que ocorreu depois da fase de habilitação ou da formulação da proposta.

14. Sendo público e notório que o pregão se caracteriza pela inversão das fases, com a fase de habilitação após a de julgamento das propostas, o descrito na lei de Licitações incentivaria a participação irresponsável na fase de lances, podendo o licitante manifestar sua desistência depois de conhecer os preços dos demais concorrentes, o que é inadmissível. Certamente, essa não era a intenção do legislador.

15. Doutro norte, a Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, não cogita qualquer hipótese de desistência de propostas, inferindo-se da norma a intenção de impor aos licitantes o dever de honrar a proposta formulada, rejeitando-se qualquer atuação destituída de comprometimento coma confiança que o Estado depositou no particular. Ademais, a rapidez no certame, que propicia o encerramento da disputa em breve espaço de tempo, também é pouco compatível com a desistência imotivada.

16. Por analogia, vislumbramos a solução contemplada no artigo 21, §4º, do Decreto nº 5.450/2005, que disciplina o pregão eletrônico. Ao analisar o referido artigo, leciona Marçal Justen Filho que: “Ali está previsto que o sujeito pode retirar (ou substituir) a sua proposta até a abertura da sessão de pregão. Ou seja, iniciadas as atividades licitatórias, em sentido próprio, não cabe a desistência (in Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14ª Ed. São Paulo: Dialética, 2010, p. 610).

17. No caso em comento, não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta da empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA inexecutável, como também não enxerga um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado “aumento de preço extraordinário e imprevisível”.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

18. Com efeito, não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, recusar-se a entregar os itens registrados em ata, principalmente por haver no mercado consumidor outros fabricantes do epígrafado medicamento.

19. Tanto é que a jurisprudência aponta como ordinária a variação cambial:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL - PRESCRIÇÃO - INOCORRÊNCIA - INÉRCIA NÃO VERIFICADA - CONTRATO ADMINISTRATIVO - EQUÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - VARIAÇÃO CAMBIAL DO DÓLAR AMERICANO - RISCO DO NEGÓCIO (ÁLEA ORDINÁRIA) - INAPLICABILIDADE DA TEORIA DA IMPREVISÃO.

1. O instituto da prescrição está intimamente relacionado à inércia do titular do direito violado. Excetuadas as hipóteses de vício formal do ato e desídia da parte (incisos II e III do artigo 267 do CPC), a citação constitui causa de interrupção da prescrição, mesmo nas hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito. Precedentes do C. STJ.

2. De acordo com a teoria da imprevisão, diante de situações de anormalidade, autoriza-se a revisão da avença, a fim de que seja restabelecido o equilíbrio econômico-financeiro originalmente contratado.

3. Considerando o disposto no art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93, bem assim o entendimento doutrinário dominante, a revisão do contrato em nosso ordenamento jurídico, com espeque na teoria da imprevisão, demanda o preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos: ocorrência de fatos imprevisíveis (ou, até mesmo, razoavelmente imprevistos) ou anormais; inimputabilidade do evento às partes; onerosidade excessiva a um dos contratantes.

4. In casu, seja quantitativamente (prejuízo absoluto da recorrente), seja sob o aspecto da previsibilidade, a flutuação da moeda americana entre a data de apresentação da proposta e o termo limite de fornecimento das mercadorias importadas não configurou evento extraordinário e imprevisto. Pelo



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

contrário, a variação cambial, tal como verificada no período, constituía risco ordinário do negócio.

5. Em se tratando de contratos administrativos, os quais via de regra são precedidos de processo licitatório, a desconsideração da álea ordinária na composição dos preços pode ser extremamente prejudicial à competição, podendo, inclusive, redundar na seleção de propostas inexeqüíveis.

6. Apelação a que se nega provimento.

Acórdão

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Sexta Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, por unanimidade, negar provimento à apelação, nos termos do relatório e voto que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

(Tribunal Regional Federal da 3ª Região TRF-3 - APELAÇÃO CÍVEL : AC 32183 SP 0032183-04.2001.4.03.6100) (Grifo nosso)

20. Portanto, levando-se em consideração que um dos objetivos do procedimento licitatório é o de selecionar a melhor proposta, espera-se que ela seja feita com a acuidade e seriedade necessária pelo interessado em contratar com a Administração Pública.

21. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

"XII - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

12.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

12.1.2 A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 12.3 e 12.4, nas hipóteses de mora, inexecução do contrato.

12.2 Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração. 12.3 Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa, correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.3.1 A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 12.1.

12.4 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 12.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.5 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

12.5.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

12.6 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

12.7 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

detalhado, com envio de cópia da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, comprovante de recebimento pela empresa e Ata de Registro de Preço devidamente assinada e publicada.

22. Na hipótese do não inadimplemento das propostas exaradas pela empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *“uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta”*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

23. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *“frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração”*. É de se considerar que *“ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração”*.

24. Portanto, não tendo à empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega dos itens registrados em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega dos itens em que a empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

25. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

I – Pelo mantimento do valor registrado e solicitação dos itens em que a empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 10 de dezembro de 2018.

Dr. RANGEL STRASSER FILHO

Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164



1928
6

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO(S): SETOR DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

ORIGEM: PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA

OBJETO: SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO DO ITEM 42 - LIDOCAINA 2% S/V 20 ML (G) - HIPOLABOR

RELATÓRIO

1. Foi solicitado o cancelamento do item 42 - LIDOCAINA 2% S/V 20 ML (G) - HIPOLABOR, cuja licitante vencedora foi a empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, sob a justificativa que o laboratório não tem previsão para entrega do produto.

2. A solicitante realizou o pedido de cancelamento do item 42 - LIDOCAINA 2% S/V 20 ML (G) - HIPOLABOR às fls. 1.917 a 1.919, e juntou documento em fls. 1.919 (carta do fabricante).

3. Os documentos ora analisados são: solicitação do cancelamento do item 42 - LIDOCAINA 2% S/V 20 ML (G) - HIPOLABOR, recebido/protocolado em 30/11/2018; documentos fls. 1.917/1.919;

4. O Colendo Setor de Compras, Licitações e Contratos, solicita-nos parecer jurídico referente ao requerimento de cancelamento no fornecimento do item 42 - LIDOCAINA 2% S/V 20 ML (G) - HIPOLABOR, licitado no PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018 SRP MEDICAMENTOS RENAME - PROCESSO Nº 10/2018 pactuados com a empresa requerente, PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, versando, em síntese, "falta de previsão na entrega do produto".

5. Destarte, o Setor responsável solicita a esta Diretoria Jurídica o exame dos autos e a elaboração de parecer jurídico a respeito das providências a serem adotadas pela Administração do CIOP *in casu*.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

6. Tecerei, portanto, considerações acerca da (im)possibilidade da revisão ou cancelamento pleiteados, de forma a orientar a decisão da autoridade competente quanto aos procedimentos a serem adotados no sentido de manter a impessoalidade e objetividade no âmbito do referido contrato administrativo.

ANÁLISE JURÍDICA

7. A empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA participante do Procedimento Licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018 SRP MEDICAMENTOS RENAME – PROCESSO Nº 10/2018, sagrou-se vencedora de vários itens, incluindo o item 42 – LIDOCAINA 2% S/V 20 ML (G) - HIPOLABOR, objeto de seu requerimento.

8. Invoca a impossibilidade do laboratório de entregar o produto, tornando inexecutável o seu cumprimento do já mencionado item que se logrou vencedora. A fundamentação do petitor foi com base na Lei de Licitações.

9. Instrui tal pedido com documento juntado aos autos à fls. 1.919 (carta do fornecedor).

10. Pois bem.

11. A fundamentação do pleiteado pela empresa requerente circunscreve na verificação da existência de fato superveniente, imprevisível e fortuito que justifique o acolhimento da desistência perseguida. Informa que a fabricante não tem a previsão da entrega do produto que sagrou-se vencedor na licitação, sendo este motivo suficiente para o cancelamento do item.

12. Importante se faz estabelecer que o §6º do artigo 43 da Lei nº 8.666/1993, dispõe ser inaceitável a desistência de proposta após a fase de habilitação, “salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão”.



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

13. Entendendo-se por motivo justo o que propicia uma situação de injustiça e de desequilíbrio na contratação e, por fato superveniente, o que ocorreu depois da fase de habilitação ou da formulação da proposta.

14. O documento anexado pelo Solicitante (carta do fornecedor) esclarece que o produto "atraso", não especifica que não será entregue. Afirma que: "Ocorre no período, a falta de matéria-prima para a fabricação do produto, pois o nosso principal fornecedor não conseguiu disponibilizar em tempo hábil, a quantidade solicitada e, posteriormente, encontramos dificuldades no desembaraço aduaneiro."

15. Deste modo no caso em tela, não se vislumbra qualquer fundamento plausível para considerar a proposta da empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA inexecutável, como também não enxerga um real motivo para aceitar o argumento de que o alegado "não tem previsão para entrega do produto", pois a carta do fornecedor não traz a informação de que não será entregue o produto, mas de que o mesmo está em atraso. Não junta documentos que provem a falta da matéria-prima, que em pesquisa na internet não se encontra notícia sobre este fato, bem como não junta nada sobre alguma irregularidade com o desembaraço aduaneiro.

16. Com efeito, não ficou demonstrada a ocorrência de fato superveniente e imprevisto, caso fortuito ou força maior, ou seja, não existe justo motivo para a empresa vencedora de parte do certame, recusar-se a entregar os itens registrados em ata.

17. Importante ressaltar que a jurisprudência se posiciona:

CONTRATO ADMINISTRATIVO INADIMPLEMENTO
PENAS DE MULTA E SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR
POR DOIS ANOS

Impetrante que possuía ciência das condições de entrega quando fez sua proposta, cabendo a ela, naquele momento, verificar se havia condições de atendê-la. A aplicação de penalidade em processo administrativo constitui ato discricionário da Administração Pública, cabendo ao Poder Judiciário apenas apreciar a legalidade e a moralidade dos motivos declarados, para fazer a distinção entre arbitrariedade e discricionariedade. Ato administrativo



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

que não se mostrou ilegal ou arbitrário. Manutenção da r. sentença que denegou a segurança. Recurso improvido.

(Tribunal de Justiça de São Paulo TJ-SP - APELAÇÃO CÍVEL : AC 0029217-21.2013.8.26.0071)

18. Portanto, levando-se em consideração que um dos objetivos do procedimento licitatório é o de selecionar a melhor proposta, espera-se que ela seja feita com a acuidade e seriedade necessária pelo interessado em contratar com a Administração Pública.

19. Insta salientar que, o edital do certame, com supedâneo na Lei nº 10.520/2002, que dispõe sobre o pregão, estabelece expressamente quais as sanções aplicáveis aos licitantes, no caso de descumprimento, verbis:

“XII - SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO:

12.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar o Município pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
12.1.1 A execução irregular do contrato, que não resulte prejuízo ao CIOP ou ao Município Contratante poderá ser punida com Advertência;

12.1.2 A contratada poderá sofrer multa prevista na forma do item 12.3 e 12.4, nas hipóteses de mora, inexecução do contrato.

12.2 Caso a licitante declarada vencedora se recuse a receber/retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Compra ou apresentar documento de habilitação técnica, ser-lhe-á aplicada a multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração. 12.3 Expirado o prazo proposto para a entrega dos produtos, sem que a contratada o cumpra, iniciar-se-á a aplicação da penalidade de multa,

1931
6



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

correspondente a 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.3.1 A multa prevista no item anterior será aplicada até o limite de 20 % (vinte por cento) do saldo empenhado, o que não impede, a critério da administração, a aplicação da sanção a que se refere o item 12.1.

12.4 A inexecução parcial ou total do contrato poderá gerar multa de 20% (por cento) sobre o valor não adimplido, sem prejuízo do que concerne o item 12.1, exceto se a causa for decorrente de caso fortuito ou motivo de força maior, devidamente comprovada e acatada pela Administração.

12.5 O valor da multa poderá ser deduzido de eventuais créditos devidos pelos Municípios e quando por esta solicitado.

12.5.1 O prazo para pagamento de multas será de 30 (dez) dias corridos, a contar da intimação da infratora, após decisão apenadora.

12.6 Contra os atos de aplicação das penalidades previstas neste título deverão ser respeitados os princípios do contraditório e ampla defesa, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para Defesa, a partir da intimação, que poderá ser por carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico.

12.7 As apurações acerca de inadimplência contratual serão realizadas pelo CIOP após realizada a comunicação do evento detalhado, com envio de cópia da Nota de Empenho ou Ordem de Compra, comprovante de recebimento pela empresa e Ata de Registro de Preço devidamente assinada e publicada.

20. Na hipótese do inadimplemento das propostas exaradas pela empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA, poderá a Administração Pública aplicar a penalidade máxima sem deixar de observar aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, haja vista que, realizada a licitação na modalidade pregão, a própria lei estabelece tratamento rigoroso ao licitante convocado que não comparece para assinar o contrato, ou deixa de entregar os



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

1933
6

itens registrados em ata de registro de preços. Isso se deve, porque *"uma das vantagens do pregão consiste exatamente na celeridade que ele confere às contratações do poder público, celeridade que se perde caso o vencedor do certame não compareça para dar execução da proposta"*. (FURTADO, Lucas Rocha. Curso de licitações e contratos administrativos. Belo Horizonte: Fórum, 20074, p. 484).

21. Aliás, como bem alerta Jessé Torres Pereira Junior (in Comentários à lei de licitações e contratações da Administração Pública. 4. Ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1997. P. 538-539), a recusa do adjudicatário a contratar com a Administração *"frustra o propósito do certame e gera contingência que poderá ser danosa ao interesse público, se outra licitação houver de ser realizada, com a perda de tempo, de recursos e desatendimento às necessidades da Administração"*. É de se considerar que *"ao ingressar no torneio licitatório, cada concorrente deve estar disposto a contratar. A participação na licitação constitui, para cada licitante, uma declaração da vontade de vir a contratar com a Administração"*.

22. Portanto, não tendo à empresa licitante demonstrado a ocorrência de fato superveniente e imprevisível que justifique o não cumprimento da entrega dos itens registrados em ata, e não existindo qualquer vício no processo, mister se faz a manutenção do valor registrado e exigência do cumprimento e entrega dos itens em que a empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções supramencionadas no caso de descumprimento.

CONCLUSÃO

23. Ante o exposto e, com fulcro nas considerações acima aduzidas, esta Diretoria Jurídica opina:

I – Pelo mantimento do valor registrado e solicitação dos itens em que a empresa PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA sagrou-se vencedora, sob pena de aplicação das sanções descritas no instrumento editalício, no caso de descumprimento;



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA

Por fim, encaminhe-se ao setor de compras, licitações e contratos, obedecendo aos trâmites legais, principalmente dando-se ampla publicidade.

Presidente Prudente/SP, 10 de dezembro de 2018.

Dr. RANGEL STRASSER FILHO

Diretor Jurídico - OAB/SP 309.164

MEMORANDO

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Solicitação de Cancelamento de Itens – Pregão Presencial – SRP – nº 02/2018 – Ata nº 17/2018.

Interessado: Pontamed Farmacêutica Ltda.

Encaminho os Pareceres Jurídicos de fls. 1.920/1.927 e 1.928/1.934, que opinaram pelo indeferimento do pedido de realinhamento dos itens **72 (IBRUPUFENO 600MG – PRATI DONADUZZI)** e **42 (LIDOCAINA 2% S/V 20ML – HIPOLABOR)** da ARP nº 17/2018, em razão de não haver sido demonstrado a ocorrência de fato superveniente justificável.

Presidente Prudente, 10 de dezembro de 2018



MARCEL DOS SANTOS CARDOSO
Chefe do Setor de Compras, Licitações e Contratos

DESPACHO DO DIRETOR EXECUTIVO

De: Setor de Compras, Licitações e Contratos

Para: Diretor Executivo

Assunto: Solicitação de Cancelamento de Itens – Pregão Presencial – SRP – nº 02/2018 – Ata nº 17/2018.

Interessado: Pontamed Farmacêutica Ltda.

Trata-se de pedido de cancelamento dos itens 72 (IBRUPUFENO 600MG – PRATI DONADUZZI) e 42 (LIDOCAINA 2% S/V 20ML – HIPOLABOR) da ARP nº 17/2018, alegando alta nos custos de fabricação, frete etc. .

O Setor Jurídico às fls. 1.920/1.934 opinou pelo indeferimento do cancelamento, fundamentando não haver fato superveniente justificante.

Isto posto, acolho na íntegra os fundamentos de fato e de direito esmiuçados nos Pareceres Jurídicos às fls. 1.920/1.927 e 1.928/1.934, **DELIBERO** pelo **NÃO ACOLHIMENTO** da solicitação de cancelamento dos itens 72 (IBRUPUFENO 600MG – PRATI DONADUZZI) e 42 (LIDOCAINA 2% S/V 20ML – HIPOLABOR) realizada pela empresa **PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA. CNPJ nº 02.816.696/0001-54**, devendo ser mantido os preços registrados.

Encaminhe-se para publicidade aos interessados.

Presidente Prudente, 10 de dezembro 2018

CARLOS AUGUSTO VRECHE
Diretor Executivo – CIOP

Realizar o Município no Processo Administrativo Nº 5152/17, RAMPAC - a Disposição de Licitação para locação de imóvel Não Residencial, localizado a Rua Guimarães Rosa, lotes 01 a 05 da quadra C, Vila Alzira, Praa Grande/SP, destinado a abrigar o 45º Batalhão de Polícia Militar do Interior, em face da Construtora e Incorporadora JC XUXO Ltda inscrita no CNPJ/MF nº 08.330.911/0001-67, no valor de R\$ 41.851,92 (quarenta e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos), nos termos do inciso X, do artigo 24 da Lei Nº 8.066/1993 e alterações posteriores.

Em 17 de dezembro de 2018, JOSÉ AMÉRICO FRANCO PEIXOTO - Secretário Municipal de Segurança Pública.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2018
OBJETO: "CAPTAÇÃO DE RECURSOS, POR MEIO DE PATROCÍNIO DE EMPRESAS PÚBLICAS E/OU PRIVADAS PARA REALIZAÇÃO DO PROGRAMA ESTAÇÃO VERAQ, QUE OCORRERÁ NA ORLA MARÍTIMA"

Considerando a decisão contida na ata de abertura de documentação e proposta referente ao chamamento público nº 007/2018, ADJUDICADO a empresa REINALDO MENDES BICUDO - EPP CNPJ 15.069.866/0001-00 a execução do objeto do referido Chamamento, COTAS 01 e 02, em razão da apresentação de todos os documentos e da plena consciência aos requisitos previstos no Edital, HOMOLOGO o presente, por se condição mais vantajosa para esta Administração Pública.

Praia Grande, 17 de dezembro de 2018, Esmaraldo Vicente dos Santos - Secretário Municipal de Cultura e Turismo

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 263/2018
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22.472/2018
OBJETO: "RECEITA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE REAGENTE LIQUIDO ABLA 32"

Considerando a decisão contida na Ata de Sessão Pública do Pregão Presencial, junta às fls. 119/122, extraída no processo em epígrafe, que CLASSIFICOU a empresa AUTO LASER FARMACÊUTICA LTDA-ME, em primeiro lugar, para o fornecimento do Item 01, objeto da licitação, em razão do MENOR VALOR UNITÁRIO, sendo condição mais vantajosa para a Administração, HOMOLOGAMOS a presente licitação, nos termos do Artigo 53, inciso III, artigo 20, inciso XII, Artigo 38, inciso XIII e Artigo 35, inciso XXXIII, da Lei Complementar Nº 71/2015 e nos termos do Art. 5º, inciso IV do Decreto Municipal Nº 3.553/2016.

Em 14 de dezembro de 2018, KATYU YONAMINE - Secretário Municipal de Serviços Urbanos; JOSÉ AMÉRICO FRANCO PEIXOTO - Secretário Municipal de Assuntos de Segurança Pública; NARCISO SÓLANO TAVARES DE ALMEIDA - Secretário Municipal de Educação; CLEBER SUCKOW NOGUEIRA - Secretário Municipal de Saúde Pública.

EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATANTE: PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE; CONTRATADA: DANIELE APARECIDA DOS SANTOS - EPP; OBJETO: TERMO DE ATA Nº 73018 PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PRODUTOS DE SERRALHERIA - Pregão nº 02/2018, sendo os lotes: 04, 05, 06, 13, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 26 e 33, conforme tabela abaixo; PRAZO: 12 meses; DATA DE ASSINATURA: 17/12/2018; PROCESSO: 28.652/2017.

ITEM	DESCRIÇÃO (*)	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01	UNID.		
1	1. CORTADURA EM PULVERIZADOR - E-UM	M2	179,9900	
2	2. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PULVERIZADOR	M2	19,9900	
3	3. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	199,0000	
4	4. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	16,0000	
5	5. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	200,0000	
6	6. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PULVERIZADOR - E-UM	M2	17,0000	
7	7. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	219,9900	
8	8. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	20,9900	
9	9. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	175,5700	
10	10. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	5,0000	
11	11. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	130,0000	
12	12. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	5,0000	
13	13. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	148,9900	
14	14. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
15	15. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
16	16. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
17	17. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
18	18. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
19	19. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
20	20. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
21	21. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
22	22. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
23	23. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
24	24. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
25	25. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
26	26. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
27	27. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
28	28. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
29	29. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
30	30. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
31	31. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
32	32. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
33	33. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
34	34. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
35	35. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
36	36. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
37	37. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
38	38. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
39	39. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
40	40. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
41	41. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
42	42. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
43	43. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
44	44. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
45	45. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
46	46. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
47	47. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
48	48. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
49	49. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
50	50. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
51	51. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
52	52. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
53	53. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
54	54. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
55	55. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
56	56. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
57	57. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
58	58. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
59	59. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
60	60. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
61	61. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
62	62. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
63	63. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
64	64. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
65	65. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
66	66. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
67	67. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
68	68. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
69	69. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
70	70. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
71	71. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
72	72. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
73	73. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
74	74. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
75	75. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
76	76. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
77	77. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
78	78. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
79	79. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
80	80. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
81	81. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
82	82. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
83	83. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
84	84. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
85	85. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
86	86. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
87	87. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
88	88. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
89	89. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
90	90. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
91	91. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
92	92. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
93	93. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
94	94. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
95	95. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
96	96. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
97	97. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
98	98. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
99	99. CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	
100	100. INSTALAÇÃO DE CORTADURA EM PÓRTO DE ARCO DO CONVENCIONAL	M2	2,0000	

(*) A descrição completa dos itens encontra-se no ANEXO I do Edital.

CONTRATANTE: PREFEITURA DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE; CONTRATADA: ADRIANA ALFONSO DE ALMEIDA - ME; OBJETO: TERMO DE ATA Nº 73118 PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PRODUTOS DE SERRALHERIA - Pregão nº 02/2018, sendo os lotes: 02, 03, 07, 08, 11, 12, 14, 19, 27, 28, 30 e 31, conforme tabela abaixo; PRAZO: 12 meses; DATA DE ASSINATURA: 17/12/2018; PROCESSO: 28.652/2017.

ITEM	DESCRIÇÃO (*)	UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	01			
1	1. TUBO EM AÇO INOX PARA TUBO DE AÇO	M2	20,0000	

(*) A descrição completa dos itens encontra-se no ANEXO I do Edital.

7	INSTAL. DE TUBO EM TELHAS METÁLICAS	M2	10,6000
7	TELHA METÁLICA TIPO TRAPEZOIDAL 6x10MM	M2	30,0000
8	INSTAL. DE TUBO EM TELHAS METÁLICAS 6x10MM	M2	10,6000
9	COBERTURA EM TELHAS METÁLICAS TIPO TRAPEZOIDAL	M2	140,6555
10	INSTALAÇÃO DE COBERTURA EM TELHAS METÁLICAS	M2	11,2000
11	ALUMBRADO TIPO DE AÇO GALV. REVESTIDO EM PVC	M2	69,8800
12	INSTALAÇÃO DE ALUMBRADO	M2	10,6500
13	DE 07		
13	DOMIO EM ESTRUTURA DE ALUMINIO	M2	151,4000
14	INSTAL. DE DOMIO EM ESTR. DE ALUMINIO	M2	16,2000
15	DE 06		
15	ESTR. TIPO MARCHIONO TELA	M	347,0000
16	INSTAL. DE ESTR. TIPO MARCHIONO	M	41,9500
15	PLATAFORMA DE CHAPA KINER 12" DA FERR	M2	1.610,1900
16	INST. PLATAFORMA DE CHAPA KINER DE FERRO	M2	50,0000
17	DE 11		
15	ALU. EM ALUMINIO DE CORREL	M2	220,0000
54	INSTAL. DE ALU. EM ALU. DE CORREL	M2	35,0000
55	ALU. EM ALUMINIO FERR	M2	30,8000
56	INSTAL. DE ALU. EM ALU. FERR	M2	30,8000
57	ALU. EM ALUMINIO TIPO BISCULANTE	M2	220,0000
58	INSTAL. DE ALU. EM ALU. TIPO BISCULANTE	M2	35,0000
59	ALU. EM ALUMINIO TIPO VENEZIANA	M2	678,0000
60	INSTAL. DE ALUMINIO TIPO VENEZIANA	M2	50,0000
61	ALU. EM ALUMINIO TIPO MAXI-AN	M2	15,0000
62	INSTAL. DE ALU. EM ALU. MAXI-AN	M2	37,0000
17	DE 12		
63	ALU. EM ALUMINIO UNIA 30	M2	175,0000
64	INSTAL. DE PORTA EM ALU. TIPO VENEZIANA	M2	15,8000
17	DE 14		
67	PORTA. SANTIABRA	M2	15,0000
68	INST. PORTA SANTIABRA UNIA 25	M2	20,0000
17	DE 15		
65	PORTAO HV ALUMBRADO EM TELA FERRAO	M2	285,1000
66	INSTAL. DE PORTAO EM ALUMBRADO	M2	28,5000
17	DE 17		
109	TELA CONTRA INSETOS	M2	1.405,0000
110	INSTAL. DE TELA CONTRA INSETOS	M2	12,6000
111	PORTA DE TELA CONTRA INSETOS	M2	180,0000
112	INSTAL. DE PORTA DE TELA CONTRA INSETOS	M2	15,5000
17	DE 18		
113	REDE DE PROTEÇÃO ALUMBRADO	M2	13,9000
114	INSTAL. DE REDE DE PROTEÇÃO	M2	4,0000
17	DE 19		
115	TRAVE P. FUTEBOL DE SALAO	PAR	15.444,0000
116	INSTAL. DE TRAVES DE FUTEBOL DE SALAO	PAR	30,0000
17	DE 20		
117	ESTRUTURA P. SUST. TABELA DE BASQUETE OFICIAL	UN	1.415,0000
118	INSTAL. EST. SUST. TABELA DE BASQUETE	UN	67,0000
17	DE 21		
119	INRS (VENEZIANA INDUSTRIAL)	M2	230,0000
120	INRS. DE INRS (VENEZIANA INDI) PORRE. COORDADO	M2	20,0000
121	INRS. TIPO ASA DE ALAO POSADO VERTICAL	M2	2.000,0000
122	INRS. TIPO ASA DE ALAO VERTICAL RAL	M2	20,0000
123	INRS. TIPO ASA DE ALAO POSADO HORIZONTAL	M2	200,0000
124	INRS. TIPO ASA DE ALAO HORIZONTAL RAL	M2	19,0000